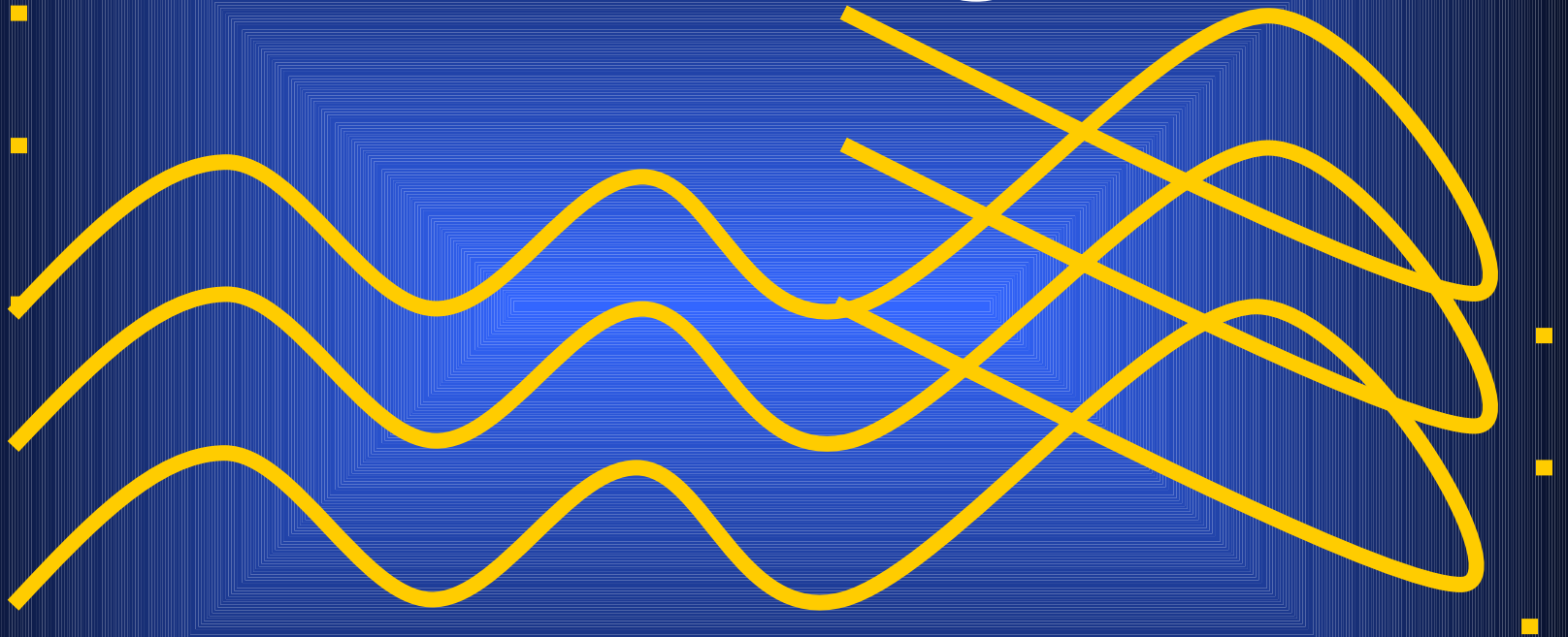


Avaliação e Inovação em Tecnologia



Marinilza Bruno de Carvalho
Marcelo Fornazin
2015

Oficina 1

Avaliação de Objetos

A e B.

Avaliação no Mundo Contemporâneo Conceitos

- **Avaliação no Mundo**
- **Avaliação na Organização**
- **Avaliação de resultados**
- **Avaliação dos processos**
- **Avaliação das pessoas**

Avaliação por segmento da realidade

- Que segmento tem avaliação;
- É boa avaliação;
- Como é realizada e qual o resultado

CENÁRIO da AVALIAÇÃO NO MUNDO ATUAL

- A avaliação ainda não participa da cultura da instituição.
- Convívio é pacato e a realidade é um pacto.
- As avaliações não são vetadas, nem impedidas de acontecerem, são apenas “processos” e não geram “produtos”.

CENÁRIO da AVALIAÇÃO NO MUNDO ATUAL

- Os resultados dos projetos são arquivados e procedimento algum é implantado.
- Naturalmente, que este diagnóstico é diferente, quando se refere à Instituição Privada ou à Instituição Pública.
- No caso das Instituições Privadas, os resultados geram “medo”, e nas Instituições Públicas, os resultados não chegam, ou são negligenciados.

CENÁRIO da AVALIAÇÃO NO MUNDO ATUAL

A cultura instalada é VISTA COMO :

- assombrada, ou quem sabe “mal assombrada”,
- uma avaliação que “tira poder”,
- “transfere de cargo”,
- “aborta projetos”,
- “prejudica pessoas e organizações”,
- perda, prejuízo e punição para o caso de algum processo de avaliação ser implantado.

**A NOVA VISÃO DA
Avaliação**

**PARA o Mundo
Contemporâneo**

AVALIAÇÃO DO SÉCULO 21

- Busca o aperfeiçoamento e o crescimento;
- É orientada para uma prática sem conflitos,
- Minimiza a distância entre o discurso dos projetos de avaliação e a realidade de sua aplicação, nos ambientes de trabalho e na cultura instalada das instituições.

AVALIAÇÃO DO SÉCULO 21

Segundo Castro (1998-p304):

“É cada vez mais evidente que a preparação de cidadãos competentes para atuar de forma crítica e responsável na construção de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida exige um perfil de qualificação em que o desenvolvimento das inteligências cognitivas, emocional e afetiva será decisivo na formação de crianças e jovens para a sua plena inserção social e no mundo do trabalho”.

AVALIAÇÃO DO SÉCULO 21

Castro (1998-p304) responde, com relação aos profissionais, que:

“(...) é preciso desenvolver sua capacidade de resolver problemas, selecionar e processar informações com autonomia e raciocínio crítico. É preciso dar-lhe condições de utilizar os conhecimentos para que tenha novas oportunidades num mundo cada vez mais complexo e competitivo”.

AVALIAÇÃO

**COMO ESTRATÉGIA DE
CRESCIMENTO E LIBERDADE**

SÉCULO 21

- A avaliação deve ter um **caráter emancipador**, para permitir que o profissional e a organização sejam capazes de aprender.
- A nova visão da avaliação exige novos paradigmas, novos processos e mecanismos que assegurem a sua efetividade.

Oficina 2

**Para que e Por que da
Avaliação .**

AVALIAÇÃO DO SÉCULO 21

- Programas de avaliação competentes para monitorar, medir e julgar a adequação e os resultados de todos os processos.
- A geração de indicadores deve informar sobre a eficiência da Avaliação.

Avaliação - Conceitos

A nova visão traz a avaliação, não mais para punir ou identificar culpados, mas e principalmente, para **transformar, crescer e aprimorar.**

Dimensões da Avaliação

São os segmentos e/ou ambientes de estudo no processo avaliativo.

1 – avaliação acadêmica – dimensão corpo docente

2 - avaliação de desempenho – dimensão comportamental

3 – avaliação de projeto – dimensão financeira

Objetivos da Avaliação

**1. Intervenções de
aprimoramento e
melhorias.**

**2. Transparência e
Legitimação.**

Funções da Avaliação

1. Função de Verificar
2. Função de controlar como poder e disciplinação, utiliza :
 - poder da recompensa
 - poder da sanção
 - poder cognoscitivo (especialista)
 - poder autoritativo (autoridade formal).
3. Função de regular , como Instrumento de gestão, Controle Social e Legitimação Política.
4. Função de aprimorar

Grandes Etapas

Medida e Julgamento de Valor

Os instrumentos de Medida e Julgamento de Valor são considerados:

- o grau de subjetividade da equipe
- os perfis dos avaliadores e avaliados.

Formatos de Avaliação

Avaliação de desempenho – individual e equipe ou setorial.

Avaliação de aprendizagem – pessoas e instituições.

Avaliação de programas ou projeto – finita (início, meio e fim), gera indicadores, utiliza a lógica dos custos e benefícios.

Avaliação institucional – objetiva a compreensão da realidade e do processo decisório no julgamento da missão e objetivos da instituição terem sido atingidos ou não. É flexível, cabe a avaliação qualitativa. Na forma interna, tem o caráter de aprimoramento, na forma externa, com pares de outras instituições, tem o caráter de certificação.

Missão da Avaliação Institucional

A **Avaliação Institucional** como processo de **transformação** imprime uma nova visão de “saber” em lugar de “poder”, postura antiga dos processos de avaliação.

- um processo contínuo de aperfeiçoamento e desempenho profissional,
- uma ferramenta para o planejamento
- gestão organizacional e um
- processo sistemático de prestação de contas.
- indicador das necessidades de intervenção, aperfeiçoamento e melhorias

Programas e projetos, ainda que colocados sob o mesmo quadrante, apresentam entre si algumas fortes diferenças.

Os projetos, quando aprovados, acontecem uma única vez, totalmente programados com fases de início, meio e fim. Um programa tem caráter atemporal, acontece sempre e é constituído por um ou mais projetos ou ações.

Programas e projetos, ainda que colocados sob o mesmo quadrante, apresentam entre si algumas fortes diferenças.

Os projetos, quando aprovados, acontecem uma única vez, totalmente programados com fases de início, meio e fim.

Um programa tem caráter atemporal, acontece sempre e é constituído por um ou mais projetos ou ações.

Os programas podem ser organizados de várias formas e podem ter diretrizes específicas e diferenciadas.

❖ Os elementos de um programa são calendário específico, seleção de ingresso, acompanhamento, avaliação, exclusão, conclusão, prorrogação e resultados.

❖ Além destes elementos temos que ressaltar a característica de controle do programa que varia de acordo com o tipo de programa.

❖ Para fins de esclarecimentos estaremos denominando programa **Tipo A** e programa **Tipo B** e **alguns exemplos Brasileiros**

No Tipo A :

- ❖ não existe um calendário específico,
- ❖ acontece a qualquer tempo;
- ❖ a seleção dos candidatos é documental e de legislação;
- ❖ tem acompanhamento semestral ou anual através de relatórios;
- ❖ a avaliação é feita por relatórios;
- ❖ não tem exclusão, isto é, os participantes não podem ser excluídos durante a realização do programa;
- ❖ pode-se não concluir, com justificativas e algumas penalidades;
- ❖ existe prorrogação com avaliação de justificativas;
- ❖ pode acontecer avaliação de resultados ou não. Neste caso, o controle do processo é realizado pelo participante, que detém as decisões de período de entrada, desempenho e conclusão.

No Tipo B :

- ❖ existe um calendário com datas específicas;
- ❖ a seleção é documental, por mérito em processo eliminatório;
- ❖ o acompanhamento é semestral ou trimestral através de relatórios e provas;
- ❖ a avaliação é feita por relatórios e provas;
- ❖ tem exclusão, isto é, os participantes podem ser excluídos em função de seu desempenho;
- ❖ o término só existe com conclusão, podendo abandonar;
- ❖ existe prorrogação com avaliação de justificativas;
- ❖ existe a avaliação de resultados. O controle do processo, neste tipo de programa, é realizado pela instituição, que detém as decisões de período de entrada, continuidade pelo desempenho e conclusão.

Exemplos destes processos são, no **Tipo A**, os programas de bolsa de estudo e capacitação ou programa de apoio às pequenas empresas, e no **Tipo B**, são os programas de cursos stricto sensu, programas de avaliação, programas de fomento e apoio a empresas e instituições de pesquisa, editais de concorrência, seleção e outros.

Alguns programas de capacitação, o profissional que satisfizer os quesitos estipulados pelo programa, como: titulação, tempo de casa, tipo de curso etc., terá a licença concedida para estudo durante o tempo do curso desejado, no prazo máximo estipulado pela Instituição, na época que lhe aprouver e sem outro tipo de processo seletivo.

O profissional inscrito deverá encaminhar à coordenação do programa documentação comprobatória dos estudos e relatórios semestrais. Como os períodos de entrada no programa e término dos estudos são determinados pelos próprios participantes, cabe aos gestores do programa de capacitação o acompanhamento anual/semestral de acesso, permanência dentro dos limites fixados, e os resultados alcançados.

Os relatórios semestrais enviados pelos participantes constituem documentação histórica, a avaliação tem o objetivo apenas de comprovar a realização dos trabalhos. Não é prevista nenhuma avaliação sobre mérito ou relevância, nem ações intervencionistas.

Algumas variações podem ser observadas, de acordo com a instituição. Existem programas que exigem a permanência na instituição por um tempo determinado, a partir de sua volta. Outras instituições exigem que o profissional realize ações determinadas, como criação de projetos, pesquisas ou compromisso de alta produção técnica ou científica etc.

Um programa do **Tipo B**, como um programa de stricto sensu de uma IES, tem seu calendário definido pela organização do programa que realiza a condução de todo o processo. Os prazos são mais rígidos para entrada e manutenção. A avaliação é periódica, podendo ocorrer exclusão, caso os resultados parciais não sejam satisfatórios. Para a conclusão, por exemplo, existem regras mais rígidas como o cumprimento de créditos e monografia para a obtenção do diploma. Aceitam-se pedidos de prorrogação com análise de justificativa, não sendo somente um procedimento administrativo.

Elementos e Características	Programas Tipo A		Programa Tipo B	
	Capacitação Docente	Programa para Pequenas Empresas	Pós-Graduação Stricto Sensu	Programa de Prociência (dedicação exclusiva)
Calendário específico	Acontece a qualquer tempo por solicitação do interessado. Requer aprovação do colegiado do departamento e conselho da unidade.	Acontece a qualquer tempo por solicitação do interessado.	Datas determinadas pela coordenação.	Datas determinadas pela coordenação.
Seleção de ingresso	Atendimento às diretrizes administrativas. Avaliação de documentação. Aprovação pela Comissão (CECAD) da gestão do programa.	Requisitos de ingresso com processo de seleção.	Requisitos de ingresso com processo de seleção eliminatório.	Requisitos de ingresso com processo de seleção eliminatório e classificatório.
Acompanhamento	Acompanhamento semestral/anual, som entrega de relatórios.	Sem acompanhamento.	Acompanhamento por semestre ou triênio.	Acompanhamento periódico.

Avaliação	Equipe de consultores pareceristas procedem as avaliações dos relatórios.	Documentação histórica sem avaliação.	Avaliação da documentação eliminatória.	Documentação eliminatória e com avaliação.
Exclusão	Sem exclusão.	Sem exclusão.	Com exclusão.	Sem exclusão.
Conclusão	A não conclusão exige justificativa e gera penalidades. CECAD Comissão de inquérito pode ser instaurada.	Término sem obrigação dos objetivos atingidos.	Término só com conclusão.	Término com avaliação.
Prorrogação	Prorrogação por solicitação com avaliação de justificativa, pela CECAD.	Sem prorrogação.	Prorrogação por solicitação com avaliação de justificativa.	Sem prorrogação.
Resultados	Relatórios Finais.	Relatórios Finais.	Relatórios Finais e Avaliação Externa-Capes.	Relatórios Finais e Avaliação.
Controle	Pelo professor	Pela Empresa	Pela Instituição	Pela Instituição

1. Observamos, nos casos do **Tipo A**, que o controle é realizado pelos próprios participantes, com comunicações e ciência das atividades aos gestores do programa para documentação histórica.
- 2 . A justificativa de muitos destes programas é a inovação e mudança de cultura. Diminui o controle e vale a relação de confiança, ética, moral e compromisso.
3. Nos casos do **Tipo B**, os cursos de mestrado e doutorado, bem como o programa de dedicação exclusiva de algumas instituições, são bem mais rigorosos e o controle é realizado pelos gestores do programa. Os objetivos, bem claramente definidos, apresentam, inclusive, a característica da determinação, eficiência e efetividade, no que tange a prazos, resultados de conclusão e qualidade da produção. Estes programas oferecem, em quase todos os casos, projetos de avaliação e acompanhamento que permitem validar e legitimar tais programas.

Uma visão matemática de conjuntos poderá inferir que um programa é um conjunto de projetos que acontecem repetidas vezes, dentro das mesmas regras, em tempos e com públicos diversos. Observamos que, estudar e avaliar um programa, são iniciativas para se “repensar” as ações, objetivos e resultados do programas em foco.

Considerando a definição de Ohayon (2000) temos que avaliação de Programa é o julgamento entre o desempenho e seus objetivos, visando responder a questões do tipo:

- ❖ Em qual medida o programa produziu os efeitos esperados?
- ❖ Os efeitos observados estão conforme os objetivos pré-estabelecidos?
- ❖ Quais os impactos das ações realizadas?
- ❖ Quais os impactos destes resultados observados?
- ❖ Qual a relevância destes resultados?

Com estas questões agregadas ao ambiente e período de aplicação das ações do programa, será possível repensar melhorias e mudanças numa prática contínua de aperfeiçoamento e adequabilidade.

Considerando a definição de Ohayon (2000) temos que avaliação de Programa é o julgamento entre o desempenho e seus objetivos, visando responder a questões do tipo:

1. Em qual medida o programa produziu os efeitos esperados?
2. Os efeitos observados estão conforme os objetivos pré-estabelecidos?
3. Quais os impactos das ações realizadas?
4. Quais os impactos destes resultados observados?
5. Qual a relevância destes resultados?

Com estas questões agregadas ao ambiente e período de aplicação das ações do programa, será possível repensar melhorias e mudanças numa prática contínua de aperfeiçoamento e adequabilidade.

Oficina 3

Avaliação de projeto/programa.

Avaliação de Projetos/Programas

A Avaliação como processo de **crescimento** imprime uma nova visão de “saber” em lugar de “poder”.

Benefícios da avaliação de projetos:

- **um processo contínuo de aperfeiçoamento e desempenho profissional (lições Aprendidas),**
- **uma ferramenta para o planejamento**
- **gestão organizacional e um**
- **processo sistemático de prestação de contas.**
- **indicador das necessidades de intervenção, aperfeiçoamento e mudanças.**

DO PROCESSO AVALIATIVO

A identificação da cultura instalada e o momento da avaliação, bem como planejamento, estrutura, justificativa, acompanhamento e consenso de equipe devem ser identificados e conhecidos por todos. Neste contexto, o processo avaliativo apresenta duas características importantes, a saber:

- ❖ o tipo de abordagem que será dirigida à comunidade avaliada e
- ❖ o caráter dos resultados que serão apresentados.

Tipos de Abordagem e seus objetivos, no Processo Avaliativo

<i>Tipo de abordagem</i>	<i>Objetivos</i>
Estratégica	Resultados estratégicos que o programa traz - mudanças institucionais.
Cultural	Cultura instalada na instituição e mudanças geradas no programa- inovação.
Geográfica	Resultados observados em determinado campo geográfico.
Político-social	Resultados trazidos para a comunidade social interna e externa.
Econômica	Resultados econômicos. Relação custo/benefício.
Operacional	Avaliação da mecânica de funcionamento.
Técnico-científico	Resultados técnico-científicos gerados na instituição – novos métodos e tecnologias.

Observamos que a abordagem do processo de avaliação, calcada nos objetivos desenhados, oferece maiores garantias de sucesso a todo o processo e comprova a nova visão da avaliação de trazer benefícios e transformação. Assim, se um objetivo, por exemplo, é conhecer a visibilidade de um programa e as mudanças sofridas na instituição, somente uma abordagem estratégica poderá trazer as informações reais e desejadas.

Tipos de caráter dos resultados apresentados.

Torna-se igualmente necessário definir o caráter dos resultados a serem apresentados. A partir dos objetivos do processo avaliativo os resultados serão conhecidos na forma de Indicadores, com caráter considerado como:

Indicadores de Resultado do Processo Avaliativo

<i>Caráter</i>	<i>Representa</i>
Técnico	Necessidades, aplicabilidades, probabilidades de e para execução.
Político	Imagem, articulação externa, estágio de desenvolvimento do programa, compromissos assumidos.
Sociais	Impactos ambientais, culturais e motivacionais.
Econômicos	Viabilidade, sustentabilidade e custo.

- A avaliação tem na definição de seus objetivos a função de identificar como o processo de avaliação deverá acontecer, com a definição da abordagem, e como os resultados deverão ser apresentados, com a definição do caráter. Alguns objetivos podem ter uma única abordagem e permitir a apresentação de seus resultados em mais de um tipo de caráter. Por exemplo, uma abordagem estratégica para identificar a visibilidade de um programa pode apresentar resultados de caráter social e político.

- Elaborar uma proposta de avaliação de programa/projeto que atenda o ambiente e cultura da instituição, promova o conhecimento das ações e benefícios do programa e que tenha total participação dos envolvidos é tarefa complexa, perseguida por instituições e estudiosos no tema.

Da Equipe de Avaliação

Visão clara :

- 1.Do objeto;**
- 2.Dos porque e para que;**
- 3.Ter Condição de intervir e
Transformar, equipe própria;**
- 4.Consenso de equipe;**
- 5.Perfil dos avaliadores.**

Oficina 4. 1

Da Avaliação :

Objeto e equipe.

PADRÕES PARA AVALIAÇÃO

The Joint Committee on Standards for Evaluation*

Útil
Viável Ética
Precisa

Avaliação – Conceitos

As quatro peneiras da Avaliação

1. Utilidade,

2. Viabilidade,

3. Ética e

4. Precisão

A Peneira da Utilidade:

Deve garantir que o processo avaliativo ofereça resultados que atenda às necessidades dos vários tipos de usuários. São sete os critérios de utilidade:

1. Reconhecimento de todos os envolvidos (Stakeholders)

As pessoas envolvidas no processo avaliativo e afetadas pela avaliação devem ser identificadas e ter seus interesses reconhecidos.

2. Credibilidade do Avaliador

As pessoas que conduzem a avaliação devem inspirar confiança e possuir competência para realizar a avaliação de tal modo que as conclusões da avaliação tenham o máximo de credibilidade e aceitação.

3. Informações íntegras e corretas.

A informação coletada deve ser selecionada de forma abrangente para enfocar questões pertinentes sobre o objeto em avaliação, ao mesmo tempo que, sensível às necessidades e aos interesses dos clientes e outros interessados que venham a ser especificados.

4. Identificação dos critérios para julgamento de valor

Os critérios e os aspectos avaliados devem cuidadosamente descritos a fim de tornar claras as bases para juízos de valor.

5. Clareza nos relatórios

Os relatórios da avaliação devem ser claros e precisos o suficiente de modo a permitir e garantir que a informação essencial seja fornecida e facilmente compreendida.

6. Prazo de realização do processo avaliativo

Cumprimento dos prazos necessário para a utilização dos resultados.

7. Benefícios da Avaliação

O resultado deve garantir o interesse em ações de continuidade e aprimoramentos.

A Peneira da Viabilidade:

Os critérios de viabilidade devem garantir que o processo avaliativo seja real, prudente, diplomático e simples.

1. Praticidade

Os procedimentos avaliativos devem ser práticos com vistas a gerar o mínimo possível de alterações no ambiente em avaliação durante a coleta de informações.

2. Estratégica

O processo avaliativo deve ser planejado e realizado de acordo com o Ambiente e Cultura Institucional nas diferentes posições dos vários grupos de interesses de modo que todos possam compreender as vantagens do processo e seus resultados, sem prejuízo para o processo.

3. Relação Custo-benefício

Todo o processo avaliativo deve ser eficiente e produzir informação de bastante valor para que os recursos despendidos possam ser justificados.

A Peneira da Ética:

Os critérios de ética devem garantir que o processo avaliativo seja legalmente e eticamente desenvolvido, com todo o respeito ao bem estar dos envolvidos na avaliação, bem como daqueles afetados pelos seus resultados.

1. Visão de serviço

O processo avaliativo deve garantir o assessoramento às instituições no foco que desejarem e satisfazer , efetivamente, o conjunto complexo de participantes-alvo.

A Peneira da Ética:

2. Acordos Formais

As obrigações das partes formalmente envolvidas no processo avaliativo (o que fazer, como, por quem, quando), devem ser acertadas por escrito para que tais partes sejam possam aderir a todas as condições do acordo ou formalmente renegociá-las.

3. Direitos Individuais

As avaliações devem ser planejadas e realizadas de tal forma que os direitos humanos e o bem estar dos indivíduos sejam respeitados e protegidos

A Peneira da Ética:

4. Interações Humanas

Os avaliadores devem respeitar a dignidade e o valor humano nas interações com as pessoas envolvidas na avaliação para que os participantes não sejam ameaçados ou prejudicados.

5. Apreciação Completa e Justa

A avaliação deve ser completa e justa no exame e no registro de aspectos positivos e nos negativos do objeto esteja sendo avaliado de tal modo que os pontos fortes possam ser desenvolvidos e as áreas problemáticas atendidas.

A Peneira da Ética:

6. Retorno dos resultados

O processo avaliativo como um todo deve garantir que a totalidade dos resultados, bem como suas limitações estejam disponíveis para as pessoas afetadas pela avaliação e quaisquer outras com direitos legais explícitos de receber os resultados.

7. Conflito de interesses

Os conflitos de interesses devem ser tratados com abertura e honestidade para não comprometerem os processos e os resultados da avaliação.

8. Responsabilidade Fiscal

O plano de aplicação orçamentário deve comprovar todos os procedimentos contábeis além de prudência e responsabilidade ética de tal forma que as despesas sejam justificadas e apropriadas.

A Peneira da Precisão:

Os critérios de precisão devem assegurar que o processo avaliativo revele e transmita, tecnicamente, informações adequadas sobre as características que determinam a relevância ou o mérito do objeto em avaliação.

1. Documentação do Objeto em Estudo.

O objeto que esteja sendo avaliado deve ser descrito e documentado clara e corretamente para que possa ser nitidamente identificado.

2. Análise Situacional e de Base

A situação contextualizada do objeto em estudo deve ser examinada com suficiente detalhamento para que sejam identificadas suas possíveis insuficiências sobre o próprio objeto em avaliação.

A Peneira da Precisão:

3. Objetivos do processo avaliativo.

Os objetivos e os procedimentos da avaliação devem ser acompanhados e descritos com suficiente detalhamento de modo a serem identificados e aferidos.

4. As fontes de informação

As fontes de informação utilizadas devem ser descritas com suficiente detalhamento de tal modo que a adequação da informação possa ser aferida.

5. Informação Válida

O tratamento da informação deve garantir uma interpretação válida para o uso pretendido.

6. Informação Confiável

O tratamento da informação deve garantir uma interpretação suficientemente confiável para o uso pretendido.

A Peneira da Precisão:

7. Informação Sistemática

O tratamento da informação no processo avaliativo deve ser sistematicamente revisado, devendo ser corrigidos os erros encontrados.

8. Tratamento da Informação Quantitativa

A informação quantitativa do processo avaliativo precisa ser tratada de modo sistemático e criterioso para a geração de indicadores efetivos.

9. Tratamento da Informação Qualitativa

A informação qualitativa do processo avaliativo precisa ser tratada de modo sistemático e criterioso para a geração de indicadores efetivos.

A Peneira da Precisão:

10. Conclusões Justificadas

As conclusões de todo o processo avaliativo devem ser explicitamente justificadas a fim de que possam ser julgadas pelos interessados.

11. Relatório e documentação Imparcial

Os procedimentos de elaboração do relatório conclusivo e de toda a documentação do processo avaliativo devem garantir distorções provocadas por sentimentos pessoais e tendenciosidades das pessoas envolvidas no processo, de tal modo que os relatórios reflitam, fielmente, os resultados do processo avaliativo realizado.

A Peneira da Precisão:

12. Meta-Avaliação

Todo o processo de aplicação da avaliação deve ser formativo e somativamente avaliado com relação a este e outros padrões pertinentes para que sua realização seja apropriadamente conduzida e, quando concluída, possa ser cuidadosamente avaliada pelos seus interessados nos aspectos positivos e negativos.

Deste modo poderemos responder a questão primeira.

Quanto vale ou valeu avaliar?

Avaliação – Conceitos

Os pressupostos da Avaliação

1. Para quê Avaliar,
2. A quem cabe avaliar,
3. A quem é dirigida a avaliação e
4. Quais as “vítimas” da avaliação ou Quem é afetado pelo processo avaliativo?

O Processo de Avaliação

exige manifestações sociais e técnicas.

Sociais se revelam no

- ambiente observado,
- as circunstâncias do momento da avaliação,
- no objeto em estudo e
- no agente avaliador;

O Processo de Avaliação

exige manifestações sociais e técnicas.

as manifestações Técnicas se revelam:

- nos instrumentos de avaliação,
- nas estratégias ou abordagens e
- diretrizes da avaliação.

Elementos da Avaliação

- *Contextualização*
- *Consonante com as diretrizes da organização*
- *Objetivos gerais*
- *Marco Temporal*
- *Origem e Justificativa*
- *Metodologia*
- *Acompanhamento*
- *Indicadores*

Avaliação institucional

- ❖ Objetiva a compreensão da realidade e do processo decisório no julgamento da missão e objetivos da instituição terem sido atingidos ou não. É flexível, cabe a avaliação qualitativa. Na forma interna, tem o caráter de aprimoramento, na forma externa, com pares de outras instituições, tem o caráter de certificação.

Avaliação institucional

- ❖ Avaliação institucional como processo de transformação imprime uma nova visão de “**saber**” em lugar de “**poder**”, postura antiga dos processos de avaliação. No caso das avaliações em ambiente de ensino esta nova abordagem recebe respaldo e legitimação através do documento básico de avaliação das Universidades Brasileiras do MEC, que define a Avaliação institucional com a missão de “**fazer saber**”, isto é, dar conhecimento aos envolvidos e à comunidade em geral dos processos e produtos avaliados, bem como as possibilidades de melhorias e aprimoramentos.

- ❖ Sob este novo paradigma, reeditamos a avaliação institucional como um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho profissional e institucional, uma ferramenta para o planejamento e gestão organizacional e um processo sistemático de prestação de contas à sociedade. A avaliação institucional deverá indicar os fatores críticos de cada instituição e sugerir as intervenções de aperfeiçoamento e melhorias.
- ❖ Contudo, vale observar que uma cultura não se modifica por decreto. Portanto, ainda que respaldadas por metodologias, princípios e normas, urge um grande esforço de sensibilização e disseminação da nova visão e abordagem da avaliação institucional. Como muito exemplarmente colocou Castro (2000).

"Nos países educacionalmente avançados, onde os testes quantitativos fazem parte da vida escolar, a discussão não é para eliminá-los, mas para melhorá-los. Na década de 80, tentar avaliar escolas ou alunos era um ato de guerra. Mas as assombrações foram vencidas na década de 90, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Provão (que avalia o desempenho nos cursos superiores) e com Estados começando a avaliar".

Castro (2000).

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

A Metodologia A3 objetiva contribuir para os resultados do processo de avaliação de quem deseja realizar avaliação sob o paradigma **de transformar, crescer e aprimorar.**

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

A abordagem inovadora de transformação no processo avaliativo busca estabelecer um novo intercâmbio entre a ação (1) de realizar uma atividade e a ação (2) de estudar os efeitos daquela ação (1), com vistas às vantagens e impactos gerados e seus possíveis aprimoramentos.

PROCESSO AVALIATIVO

1. De forma mais profunda a visão de *transformar* considera ser possível a inserção de um novo “ATO” na vida das pessoas, qual seja, “*avaliar suas ações*”. De modo simples, contínuo e cíclico podemos avaliar cada um de nossos passos quanto a sua efetividade e valor agregado.

PROCESSO AVALIATIVO

2. A questão maior, e de caráter fundamental, é como construir um modelo, que possa de modo transparente, ser aceitável e realizado por todos. Este problema é abordado com a visão da conquista e conscientização para os benefícios e na forma de trabalhar em equipe, convidando todos a participarem de um projeto que objetiva o crescimento e aperfeiçoamento.

PROCESSO AVALIATIVO

3. Não se consegue aprimorar o que não se pode avaliar. Podemos inferir que um modelo para a aplicação do processo de avaliação institucional deve ter o conhecimento, aceite e participação de todos os envolvidos.

PROCESSO AVALIATIVO

A identificação da cultura instalada e o momento da avaliação, bem como planejamento, estrutura, justificativa, acompanhamento e consenso de equipe devem ser identificados e conhecidos por todos. Neste contexto, o processo avaliativo apresenta duas características importantes, a saber:

- ❖ o tipo de abordagem que será dirigida à comunidade avaliada e
- ❖ o caráter dos resultados que serão apresentados.

Oficina 4. 2

Definição do Contexto e dos padrões da Avaliação.

Referências Documentais :

1. Afonso, Almerindo Janela. Avaliação Educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000. Capítulo I.
2. _____ Políticas Educativas e Avaliação Educacional – para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Lisboa: Editora da Universidade do Minho, s/d
3. Aguilar, Maria José, Ander-egg, Ezequiel: Avaliação de Serviços e programas Sociais. Petrópolis. Vozes. 94
4. Bonamino, Alicia Catalano de. Tempos de Avaliação Educacional. pp 13-20. RJ: Quartet, 2002.
5. Castro, Cláudio de Moura. Quem tem medo da avaliação? Revista Veja, 10/07/2002 - Edição 1759
6. Christophe, e Carvalho, M. B. Avaliação Educacional – Funções. Disciplina Avaliação Educacional I do Programa de Doutorado da UFRJ, RJ. 2002
7. Contera, Cristina. In: Dias. José; Ristoff Dilvo I (Org.) Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002. p. 119-144.
8. Dias Sobrinho, José. Avaliação. São Paulo. Ed. Cortez. 2003.
9. Dias Sobrinho, José. Avaliação da Educação Superior. Petrópolis: Vozes, 2000.
10. Documento Básico Avaliação das Universidades Brasileiras. Uma Proposta Nacional. Comissão Nacional de Avaliação; Brasília. 1993
11. Fillion, L.J. , O Planejamento do Seu Sistema de Aprendizagem Empresarial: Identifique Uma Visão e Avalie o Seu Sistema de Relações – Revista de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, Jul/Set. 1991, Pag. 31 (3): 63-71.
12. _____ Visão e Relações: Elementos para um Metamodelo da Atividade Empreendedora – International Small Business Journal, 1991 – Tradução de Costa, S.R.
13. Fontanive, Nilma Santos. Avaliação em larga escala e padrões curriculares: as escalas de proficiência em matemática e leitura no Brasil. In Avaliação e Determinação de Padrões na Educação Latino-Americana. s/r.
14. Franco, Creso. Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação. pp.15-28. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
15. Guimarães de Castro, M.H. Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro. Tendências e Perspectivas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, RJ. V6 n20. Jul/set 1998

Referências Documentais :

16. Kuhn,Thomas.S.A Estrutura das Revoluções Científicas. Perspectiva. SP. 94
17. Ludke, MarliE. D. André. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. SP; EPU. 86
18. Ohayon,Pierre.UFRJ, 2003. Material Didático. Disciplina de Avaliação de Programas em Educação, Ciência e Tecnologia.
19. Penna Firme,Thereza. Avaliação: Tendências e Tendenciosidades. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em educação. RJ, V1.n2.p;5-12Jan/mar.94.
20. _____ Letichevsky, Ana Carolina. O Desenvolvimento da Capacidade de Avaliação no século XXI. Enfrentando o desafio da Meta-Avaliação. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em educação. RJ, V10.n36.p;289-300Jul/set.2002.
21. Raphael, Hélia Sonia. Avaliação: questão técnica ou política? In Estudos em Avaliação Educacional, nº 12, Julho/Dezembro, pp 33-43. S.Paulo: FCC, 1995.
22. Sanders, James R. The Program Evaluation Standards: How to assess Evaluations of Educational Programs. 2nd. Ed.London: Sage, 1994, 225p. (The Joint Committee on Standards for Educational Evaluation).
23. Saul,Ana Maria.Avaliação Emancipatória. Desafio à Teoria e à Prática de Avaliação de Reformulação de Currículo. SP. Cortez. 95.
24. Schwartzman, Simon. O Contexto Institucional e Político da Avaliação do Ensino Superior in S. Schwartzman e Eunice R. Durham, Avaliação do Ensino Superior. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, pp. 13-27.
25. Vianna, Heraldo Marelím. Introdução à Avaliação Educacional. pp.17-40. São Paulo: IBRASA, 1989.
26. Lei de Inovação 10.973 de 2/12/2004.Decreto de Regulamentação.Nº5.563 de

MARINILZA BRUNO DE CARVALHO

DOUTORA EM AVALIAÇÃO PELA UFRJ

**MESTRE EM ENGENHEIRA DE SISTEMAS PELA
COPPE-UFRJ**

**BACHAREL EM MATEMÁTICA
LICENCIADA EM MATEMÁTICA**

PESQUISADORA EM :

**TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
AVALIAÇÃO**

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

**PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE
INFORMÁTICA DO IME - UERJ**

CONSULTORA DE EMPRESAS

mbruno@ime.uerj.br